

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO INFANTIL*

REVIEW OF LITERATURE ON SCHOOL INCLUSION, PHYSICAL EDUCATION AND CHILD EDUCATION

REVISIÓN DE LITERATURA SOBRE INCLUSIÓN ESCOLAR, EDUCACIÓN FÍSICA Y EDUCACIÓN INFANTIL

Valesca Felix Machado

valescaedeni@hotmail.com

Maria Cecília da Silva Camargo

mceciliacg6@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

PALAVRAS-CHAVE: *inclusão escolar; educação física; educação infantil.*

INTRODUÇÃO

Os princípios e a política de Inclusão surgiram no Brasil em meados dos anos 90. Nesse período foi promulgado o documento de Declaração de Salamanca (1994) que age Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de educação especial. O documento demanda que os Estados assegurem os direitos comuns das pessoas com deficiência, principalmente o direito ao acesso à educação. Em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – (13.146/15), que propõe a “Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e da liberdade fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua Inclusão social e cidadania”. Dessa forma, determina que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento de alunos com deficiência.



* O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



É importante considerar que o processo de inclusão de pessoas com deficiência em nosso país é relativamente recente e que a Educação Infantil, também, vem se tornando pauta relevante nas políticas públicas para a educação no Brasil. Diante desse quadro, nos parece relevante pesquisar o contexto de inclusão na Educação Infantil, visando produzir conhecimento com pertinência social e científica para o campo acadêmico da Educação Física. A pesquisa tem como objetivo analisar o que está sendo discutido atualmente sobre o tema.

Foi realizado um levantamento teórico em periódicos brasileiros com acesso online no período de 2008 à 2018 e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)² apenas no período de 2017, para analisar os trabalhos recentes, ambos na área da Educação Física. Para a discussão foi selecionado os seguintes descritores: Inclusão Escolar, Educação Física e Educação Infantil.

Na realização do levantamento de dados foram selecionados 8 periódicos dos extratos A2, B1, B2, B4 e B5 da classificação Web Qualis conforme os critérios do estudo estabelecidos: periódicos brasileiros e em Língua Portuguesa, com versão online, considerados em seu foco e escopo com característica pedagógica. No entanto, após a combinação dos descritores, foram encontrados 5 artigos distribuídos em 3 periódicos para análise, nos outros periódicos não foi encontrado nenhum artigo a partir dos descritores mencionados.

A tabela a seguir apresenta a relação dos periódicos e de artigos publicados sobre o tema do estudo:

Tabela 1 - Relação da quantidade de artigos encontrados por ano. (2008 a 2018).

Revista	Extrato	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Revista Movimento	A2	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	B1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Revista Pensar à Prática	B2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte	B4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista Kinesis	B4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista Educação Especial	B4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista Conexões	B4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista da Associação Brasileira de Educação Física Motora Adaptada	B5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	-	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	5

Considerando a periodicidade de cada revista, a Revista Movimento, Revista Pensar à Prática e Revista Conexões apresentam periodicidades trimestrais. A Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Kinesis e Revista Educação Especial são periodicidade quadrimestral. No caso da Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte e Revista da Associação Brasileira de Educação Física Motora Adaptada apresentam periodicidade semestral.

A seguir no quadro, mostra a relação dos periódicos, quantidade, títulos e autores dos artigos encontrados, bem como o ano de publicação:

² Critérios explícitos na metodologia deste estudo.



Quadro 1. Relação da quantidade e os títulos de artigos encontrados por ano. (2008 a 2018)

Periódicos/ extrato	Quantidade de artigos	Título/Ano	Autor (a), (es)
Revista Movimento A2	2	Inclusão na Educação Física escolar: considerações sobre a constituição da subjetividade humana (2011).	- José Francisco Chicon - Maria das Graças Carvalho Silva Sá
		Educação Física e Inclusão: a mediação pedagógica o professor na brinquedoteca (2016)	- José Francisco Chicon - Leilane Lauer Huber - Thais Rodrigues Mardegan Albiás - Maria das Graças Carvalho Silva de Sá - Adriana Estevão
Revista Brasileira de Ciências do Esporte B1	2	História(s) da docência na Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2017).	- Daienne Gonçalves - Ana Cristina Richter - Jaison José Bassani.
		Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo (2018).	- José Francisco Chicon - Ivone Martins de Oliveira - Gabriel Vighini Garozzi - Marcos Ferreira Coelho - Maria das Graças Carvalho Silva de Sá.
Revista Pensar à Prática B2	1	A Educação Física como componente curricular na Educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental (2014).	- Nayara Fernanda Perles Jardim - Juliana Pizani - Fabiane Castilho Teixeira - Ieda Parra Barbosa Rinaldi.
TOTAL	5		

No levantamento realizado nos periódicos brasileiros online, a partir dos descritores Inclusão Escolar e Educação Física e Educação Infantil, foi possível encontrar 5 artigos, sendo 2 artigos na Revista Movimento, 2 artigos na Revista Brasileira de Ciências do Esporte e 1 artigos na Revista Pensar à prática. Nos demais periódicos não foi encontrado nenhum artigo após a combinação dos descritores do estudo.

Os artigos encontrados foram compreendidos entre os anos de 2008 a 2018, distribuídos nos anos 2011, 2014, 2016, 2017 e 2018. Outra questão importante é o fato de que foram encontradas 5 publicações distribuídas em 3 periódicos, levando em conta que foram selecionados 8 periódicos que se enquadravam nos critérios do estudo. Desse modo, pode-se considerar que foram poucas publicações, contudo apesar de poucos estudos é uma questão positiva por ter publicações sobre o tema.

De forma geral os artigos fazem relações entre os temas: Inclusão Escolar, Educação Física e Educação Infantil, porém alguns dão ênfase em um tema mais do que o outro.

Os artigos encontrados na Revista Movimento descrevem o processo educacional de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. O artigo intitulado "Inclusão na Educação Física escolar: considerações sobre a constituição da subjetividade humana" de Chicon e Sá (2011) apresentou como objetivo conhecer o processo educacional de uma criança autista num Centro Municipal de Educação Infantil em Vitória, ES. O estudo acompanha uma criança autista, relatando sobre seu desenvolvimento educacional nas aulas de Educação Física junto à turma.

No processo de Inclusão Escolar, os professores e alunos devem ter entendimento e compreensão sobre as singularidades de cada criança e respeito às diferenças em suas atitudes e procedimentos de ensino. Assim, conforme Carmo (2001, p. 8), "[...] é preciso reconhecer que todos somos diferentes em nossa natureza biológica e, ao mesmo tempo, desiguais em nossa natureza social". O referido autor menciona que não devemos ignorar nossas diferenças:

[...] independente de o indivíduo ser paraplégico, hemiplégico, deficiente mental ou visual, não podemos negar-lhe a possibilidade de acesso ao conhecimento e às riquezas da humanidade que ele, de alguma forma, também ajudou a produzir, e que, por questões de poder e dominação, não



tenha tido acesso. Entretanto, não precisamos, para conseguir isto, negar esse estado de diferença, de desigualdade, porque é na diferença e na desigualdade que devem repousar as bases de nossas ações e, seguramente, a primeira delas é no querer igualar o desigual (CARMO, 2001, p. 12).

O outro artigo encontrado na Revista Movimento intitulado como “Educação Física e Inclusão: a mediação pedagógica o professor na brinquedoteca” de Chicon *et al* (2016), teve por objetivo descrever e analisar a ação mediadora dos professores de Educação Física no processo de interação de alunos com e sem deficiência na brinquedoteca. O estudo é realizado em uma brinquedoteca universitária, envolvendo crianças com e sem deficiência de diferentes centros de educação infantil, abordando a importância de brincar nas aulas de Educação Física avaliando a interação das crianças independente de suas diferenças e que o papel do professor é importantíssimo para essa mediação entre os alunos.

O referido artigo traz a importância do brincar e da existência de uma brinquedoteca³ nas escolas e universidades como meio de ensino. Nesse sentido Probst e Kraemer (2011, p. 116) afirmam que a criança está constantemente brincando e criando, até mesmo imaginando:

A criança sente o mundo com todas as possibilidades que tem e, se isso não for suficiente, cria ainda outras, desenvolve novas formas para conhecer, experimentar, descobrir. A criança, mais do que proprietária de um corpo, é corpo na sua totalidade, e faz do corpo a sua marca de ser no mundo, de experimentá-lo e vivenciá-lo.

Chicon (2013) destaca que as brincadeiras nas aulas de Educação Física ou no espaço da brinquedoteca, possibilita que as crianças criam e interagem com as outras e se apropriam dos conteúdos culturais, pois nas brincadeiras são momentos de vivência cultural.

O estudo intitulado “História(s) da docência na Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis” de Gonçalves *et al*. (2017), encontrado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, teve como objetivo principal compreender a relação entre percurso docente e processos de legitimação da Educação Física na Educação Infantil em diferentes âmbitos e dimensões: na Rede Pública Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF). O estudo mostrou a ação para legitimação da Educação Física na Educação Infantil.

Desse modo, algumas escolas ainda não possuem professores regentes de Educação Física na Educação Infantil, porém considerando a proposta de educação inclusiva brasileira referendada em suas políticas educacionais, pode-se considerar que a possibilidade de reorganização da escola deve começar nesse nível, pois esta é a primeira etapa da educação, que segundo Mendes (2010, p. 47-48):

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

Em se tratando de Inclusão nas aulas de Educação Física na Educação Infantil, Falkenbach *et al*. (2007) expressa que o entendimento dos professores sobre a Inclusão esta associada com a formação de professores, na categoria da instituição educacional e do nível das necessidades especiais das crianças.

O outro artigo encontrado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, intitulado “Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo”, de Chicon *et al*. (2018), possuiu como objetivo

³ A brinquedoteca é um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente apropriado e especialmente lúdico. É um lugar onde tudo convida a explorar, a sentir, a experimentar e a fantasiar.



compreender os aspectos relacionais de uma criança com autismo na relação com outras crianças em situações de brincadeiras. O estudo foi realizado em uma brinquedoteca universitária envolvendo crianças com e sem deficiência de diferentes escolas de educação infantil. Mostrou que a criança se desenvolve no mundo a partir da interação social, ou seja, das diferentes relações com outras crianças, adultos, objetos e situações culturais nos diferentes âmbitos.

Outro aspecto importante é a mediação do adulto ou professor no processo dessa interação, contribuindo no desenvolvimento potencial das crianças. O referido estudo aponta que o professor deve ter um olhar sensível em relação à criança com deficiência, desse modo saberá como agir para potencializar suas habilidades individuais.

A Educação Infantil apresenta uma necessidade básica de organização no atendimento de crianças com deficiência, pois através do atendimento especial do aluno, garante oportunidades de desenvolvimento pleno de seu potencial, bem como suas especificidades individuais. É importante que a Inclusão Escolar deva ter início na Educação Infantil, pois é nesse nível que as bases necessárias do desenvolvimento estão se afluando para a construção do conhecimento e no desenvolvimento global dos alunos (BRASIL, 2008).

Na Revista Pensar à prática, foi encontrado o artigo intitulado "A Educação Física como componente curricular na Educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental", de Jardim *et al.* (2014). O estudo apresentou como objetivo investigar, por meio de pesquisa descritiva, como a Educação Física tem se organizado legal e pedagogicamente na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental de escolas municipais de Maringá-PR.

O referido estudo aponta que no município de Maringá (PR), local onde foi realizada a pesquisa, o mesmo sugere que a Educação Física como disciplina obrigatória no currículo deve estar incluída da Educação Infantil, considerando a lei promulgada no ensino do município nº 8.392/2009. A lei determina a oferta da Educação Física no contexto escolar, bem como, um professor específico da área como responsável.

Na década de 90, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96), a Educação Física tornou-se como componente curricular obrigatório no ensino regular básico das escolas, porém a presença dessa área de conhecimento deverá estar integrada na proposta pedagógica da escola. A lei garante o reconhecimento da disciplina, assumindo um papel formativo e informativo na educação.

A Educação Física, como componente curricular, é uma disciplina importante para ser iniciada já na Educação Infantil no processo de Inclusão. O papel da Educação, atualmente, possui o intuito de proporcionar o desenvolvimento integral do aluno, partindo das vivências corporais, ou seja, através do jogo, da dança, das brincadeiras, enfim, colaborando também para o convívio social entre as crianças e professores.

A Educação Infantil se integrou legalmente no sistema educacional brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 e a Educação Física foi atrelada com a Lei 9.394/96 a uma proposta pedagógica nas instituições de Educação Infantil, mas segundo Simão (2005) afirma que essa decisão legal não foi acompanhada de discussões e construções coletivas, dessa forma não foram resolvidos todos os problemas existentes na Educação Infantil, bem como na Educação Física. As discussões deveriam envolver questões sobre a especificidade e a contribuição da Educação Física na Educação Infantil.

Em relação à importância do brincar e o jogar é importante frisar que não se resumem apenas a formas de divertimento e de prazer para a criança, mas são meios privilegiados dela expressar os seus sentimentos e aprender, através das experiências corporais de movimento, bem como o acesso às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento (Coletivo de Autores, 1992).

Com o levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram encontrados 5 dissertações, as quais estão tabeladas abaixo, que indica a quantidade de produções científicas no ano de 2017, bem como o título e autor dos estudos:



Tabela 2. Relação da quantidade das dissertações e os títulos

Teses ou Dissertações	Título/autor
Dissertação	Inclusão Escolar: uma análise sobre os contextos sociais e físicos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (Cristiane Makida Dyonisio, 2017)
Dissertação	Educação Física na Educação Infantil: influência de uma Unidade de Ensino de um programa de Educação Física no desenvolvimento motor dos alunos de uma escola de Educação Infantil do município de São Paulo (Leonardo Moreira Lobo, 2017).
Dissertação	Análise das práticas do Atendimento Educacional Especializado para a Educação Infantil nas redes municipais de ensino (RME) de quatro municípios do estado do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana. (Joseane Frassoni dos Santos, 2017).
Dissertação	A infância em uma perspectiva inclusiva: análise sobre as diretrizes curriculares de Santa Maria/RS (Ticiane Arruda da Silova, 2017).
Dissertação	Educação física na Educação Infantil: Prática pedagógica e formação docente (Fernanda Finotti de Moraes, 2017).
Total	5

Apesar de poucas dissertações encontradas sobre os temas: Inclusão Escolar, Educação Física e Educação Infantil, consideram-se relevantes que esses estudos sejam discutidos.

A dissertação intitulada como “Inclusão Escolar: uma análise sobre os contextos sociais e físicos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental” teve como objetivos “Observar o cenário de inclusão na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, compreender como se configuram as interações sociais estabelecidas entre as crianças; analisar quanto tempo e quais espaços destinados às práticas corporais são alteradas na mudança de ciclo escolar”.

O estudo elenca a relação das interações sociais que ocorrem entre as crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, desse modo, o mesmo apresentou um ponto interessante, no qual se refere que as crianças na Educação Infantil tiveram um ensino diferenciado que ajudou na aceitação dos alunos com deficiência no convívio social, perante isso no Ensino Fundamental as crianças apresentaram positivamente esta interação. Por isso que é importante e relevante que aconteça um trabalho evolutivo a ser realizado na Educação Infantil para a efetivação do processo de Inclusão dos alunos.

Sobre a importância da interação social entre os alunos, Vygotsky (1984, p. 51) sugere que as interações ocorrem por meio de mediações e que isso não significa que é uma relação direta, porém ela será mediada, considerando a interação entre sujeito e mundo que é um ponto fundamental para o professor, pois “[...] A analogia básica entre signo e instrumento repousa na função mediadora que os caracteriza”.

A dissertação intitulada “Educação Física na Educação Infantil: influência de uma Unidade de Ensino de um programa de Educação Física no desenvolvimento motor dos alunos de uma escola de Educação Infantil do município de São Paulo” apresentou como objetivo “analisar a influência de uma Unidade de Ensino de um programa de Educação Física no desenvolvimento motor dos alunos de uma escola de Educação Infantil do município de São Paulo, com o intuito de destacar a relevância do ensino de aspecto motor nas aulas de Educação Física nos anos iniciais da Educação Básica”. Com base no estudo, foi possível reconhecer que as aulas de Educação Física são importantes para o desenvolvimento motor das crianças, principalmente na Educação Infantil, no qual é o nível que apresenta faixa etária dos primeiros anos de vida.

De acordo com a argumentação acima, é possível considerar-se a importância da Educação Física na Educação Infantil, pois segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).



Desse modo, é considerável que as atividades realizadas na Educação Física são fundamentais para a vida infantil, principalmente quando se trata do desenvolvimento integral das crianças.

O estudo intitulado “Análise das práticas do Atendimento Educacional Especializado para a Educação Infantil nas redes municipais de ensino (RME) de quatro municípios do estado do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana” teve como objetivo “analisar as práticas do Atendimento Educacional Especializado para a Educação Infantil nas Redes Municipais de Ensino (RME) de quatro municípios do estado do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana, apontando aspectos específicos da oferta desse serviço de apoio na primeira etapa da educação básica”.

A dissertação apresentou como resultado um ponto positivo nas interações profissionais entre professores da sala de aula regular com os professores que fazem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma que um auxilia o outro no processo de desenvolvimento da criança que necessita do atendimento. A autora ressalta que esse atendimento existe em algumas escolas, pois dependerá da organização escolar e municipal. Outra questão importante que o estudo mostrou é o aumento do número de matrículas de alunos com deficiência e sem deficiência nas escolas de Educação Infantil que foram pesquisadas: Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana.

De acordo com o Decreto 6.571/2008:

O atendimento educacional especializado - AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (Brasil, 2008).

Desse modo, o AEE deve estar presente na Educação Infantil quando necessário, assim, de acordo com as Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e elenca:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008).

A dissertação com o título “A infância em uma perspectiva inclusiva: análise sobre as diretrizes curriculares de Santa Maria/RS” apresentou como objetivo principal “Analisar as políticas públicas para a Educação Infantil numa perspectiva inclusiva, considerando as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil e Educação Especial do município de Santa Maria/RS”. O estudo mostrou que no município possui dois documentos referentes às Políticas de Inclusão e que devem ser articulados por profissionais específicos da área para ser efetivado o processo de inclusão de forma integral nas escolas.

Quando se trata de Políticas inclusivas para a Educação Infantil, de acordo com Menezes (2017, p. 3): “[...] a Educação Especial aparecerá como uma das estratégias de operacionalização das Diretrizes Municipais, [...]”. Assim sendo, o referido autor sugere que:

[...] as políticas públicas voltadas a Educação Infantil a partir da proposição de constituição de sistemas educacionais inclusivos constituindo-se como algo significativamente necessário, pois dessa forma fortalecemos os discursos que localizam a Educação Especial como uma das ações necessárias, mas não única (MENEZES, 2017, p. 3).



É importante destacar que essas são ações do governo articuladas às ações da gestão da escola, profissionais da educação, pedagogos e educadores especiais.

O estudo intitulado "Educação física na Educação Infantil: Prática pedagógica e formação docente" apresentou como objetivo "contribuir para o repensar da formação inicial e continuada do professor de Educação Física para atuar na Educação Infantil".

A dissertação mostrou o papel da Educação Física na Educação Infantil e sobre a importância da atuação de um professor da área para ministrar as aulas no nível de ensino. Outra questão importante é a compreensão dos outros docentes que trabalham com a Educação Infantil sobre a função da disciplina da Educação Física, sendo seu objeto de ensino a cultura corporal, pois historicamente foi considerada apenas como Psicomotricidade e para aptidão física. Um dos papéis da Educação Física para esse nível de ensino é trabalhar a cultura corporal de movimento com crianças, possibilitando seu desenvolvimento integral e cultural.

Sobre a importância do trabalho com a cultura corporal do movimento para Educação Infantil, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular mostra que as crianças possuem o direito de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, permitindo a convivência, o brincar, a participação, a exploração, a expressão corporal, e a possibilidade do aluno se conhecer.

A Educação Física é um Componente Curricular obrigatório, porém ainda não existem leis específicas e municipais que assegurem um professor de Educação Física ministrar as aulas na Educação Infantil, dessa forma a Educação Física e o professor da área perdem espaço no âmbito infantil.

Por fim, os artigos encontrados nos periódicos brasileiros online e as dissertações encontradas no Banco de Dissertações e Teses trouxeram informações sobre a situação da Inclusão escolar nas aulas de Educação Física na Educação Infantil, bem como sobre a existência de um professor específico da área ministrando essas aulas nesse nível de ensino. Assim, os estudos mostraram que a disciplina de Educação Física deve estar presente nas escolas, pois é um componente curricular obrigatório. Sobre a Inclusão na Educação Infantil, os estudos mostram que o processo de inclusão está em andamento na escola e que deve assegurar um atendimento igualitário a todos os alunos, acolhendo e beneficiando as necessidades de todos independente de ter ou não deficiência.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Estatuto da pessoa com deficiência*. Lei 13.146/15. 2015. p.36. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/_ivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 2 de abr de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Conferências Nacionais da Educação/CONEB*. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 07 de janeiro de 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.
- CARMO, A. A. Inclusão escolar e a educação física: que movimento é este? In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, D. O. *Perspectivas multidisciplinares em educação especial II*. Londrina: UEL, 2001. p. 91-112.
- CHICON, J. F. *Jogo, mediação pedagógica e inclusão: um mergulho no brincar*. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013.
- CHICON, J. F.; SÁ, M. G. C. S. Inclusão na educação física escolar: considerações sobre a constituição da subjetividade humana. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 01, p. 41-58, janeiro/março de 2011.
- CHICON, J. F., et al. Educação Física e Inclusão: a mediação pedagógica do professor na brinquedoteca. *Movimento*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 279-292, jan./mar. de 2016.
- CHICON, J. F., et al. Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2018.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Espanha: Salamanca, 1994.
- FALKENBACH, A. P., CHAVES, F. E., NUNES, D. P., NASCIMENTO, V. F. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. *Movimento*, Porto Alegre, v.13, n. 02, p.37-53, maio/agosto de 2007.
- GONÇALVES, D.;BASSANI, J. J.; RICHTER, A. C. História(s) da docência na Educação Física da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2017; v.39, p.362-370.
- JARDIM, N. F. P., et al. A Educação Física como componente curricular na Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. *Pensar à Prática*, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014.
- MENDES, E. G. *Inclusão marco zero: começando pelas creches*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.
- MENEZES, E. da C. P. *Parecer sobre a proposta de dissertação em educação*. Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- PROBST, M.; KRAEMER, C. Corpo, biopolítica, educação e filosofia. *Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Tubarão, p. 103-119, 2011. Número especial.
- SIMÃO, M. B. Educação física na educação infantil: refletindo sobre a "hora da educação física". *Revista Motrivivencia*. nº 25, dezembro, 2005.
- VYGOTSKY, Lev S. *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

